

Processo Licitatório nº 300/2023

Processo SEI nº: 19.16.3891.0086584/2023-43

Objeto: Aquisição de equipamentos e serviços para ampliação da solução do sistema de monitoramento de imagens para diversas sedes do Ministério Público, incluindo instalação, configuração e manutenção, em conformidade com as especificações, condições e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e de acordo com o seu Apenso Único.

Licitante Recorrente: METODO SYSTEM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA; CNPJ nº 07.346.478/0001-17; Código de identificação atribuído pelo Portal de Compras-MG na disputa: F000182 (3ª colocada do certame)

Licitante Recorrida: METROPOLE SECURITY COMÉRCIO ELETRO ELETRÔNICO LTDA; CNPJ nº 26.081.987/0001-00; Código de identificação atribuído pelo Portal de Compras-MG na disputa: F000123 (2ª colocada e atual vencedora do certame)

Conheço do recurso interposto pela licitante METODO SYSTEM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, eis que próprio e tempestivo.

No mérito, decido pelo seu provimento parcial, julgando procedente o pedido de revogação do certame. Acolho o parecer de lavra da Pregoeira, adoto sua fundamentação como razão de decidir e determino, em exercício de autotutela, a revogação do Processo Licitatório nº 300/2023. Publique-se, com abertura de prazo para contraditório e ampla defesa.

Belo Horizonte/MG, 10 de julho de 2024.

MÁRCIO GOMES DE SOUZA

Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo,

I – RELATÓRIO

Cuida-se de recurso interposto pela 3ª colocada do certame, licitante “METODO SYSTEM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA” (doc. SEI nº 7340883, doc. anexo a esta decisão, nº 01), já identificada e qualificada nos respectivos autos, em face do resultado da disputa licitatória em tela, vencida pela 2ª colocada, “METROPOLE SECURITY COMÉRCIO ELETRO ELETRÔNICO LTDA”.

Em suas razões recursais, a Recorrente sustenta que o Edital previu especificações divergentes para os mesmos itens, inviabilizando o seu pleno atendimento, pelo que requer a nulidade/revogação do certame; em segundo plano, alega que a Recorrida ofertou produtos incompatíveis com especificações técnicas exigidas pelo Edital, em razão do que pleiteia a desclassificação da proposta declarada vencedora e o seguimento da disputa mediante convocação do colocado subsequente.

Intimados os demais licitantes para eventual exercício do respectivo contraditório na forma legal, houve apresentação tempestiva de Contrarrazões pela Recorrida “METROPOLE SECURITY COMÉRCIO ELETRO ELETRÔNICO LTDA”, conforme SEI nº 7356461.

Em sede de Contrarrazões (doc. anexo nº 02), a empresa recorrida, atual vencedora do certame:

preliminarmente, argui preclusão consumativa sobre a nova argumentação recursal, não aventada na oportunidade recursal anterior, bem como comportamento contraditório e conveniente da Recorrente em proveito próprio, indicativo de má-fé; atribui à Recorrente a tentativa de tumultuar o Pregão, pretensamente merecedora de reprimenda por este Órgão; alega que exigências apontadas no recurso não constam no Termo de Referência e questiona a pretensão de revogação do feito por suposto apego formal a meros detalhes e títulos; sustenta que o produto ofertado para o item “1” do lote atende com superioridade às exigências do Edital; alega que sua proposta foi estabelecida em conformidade com os critérios estipulados no Edital; quanto ao item “5” do lote, defende que, ante a realidade do nicho mercadológico, inconsistências editalícias pontuadas não geraram confusão interpretativa aos interessados, capacitados a inferir as características de fato exigidas; não obstante relativize previsão expressa do Edital, afirma inexistir cálculo de valor de potência que justifique necessidade superior à oferecida pelo equipamento ofertado para o item “7” do lote e pontua que, caso seja necessário o aumento do Fator de Potência, o *nobreak* solicitado estará perfeitamente preparado, conforme exigência editalícia de permissão de expansão de autonomia; pontua a necessidade de preservação do julgamento objetivo já operado e o descabimento de margem discricionária para albergar condições não previstas no Edital; pleiteia o não conhecimento do Recurso ou, se conhecido, sua total improcedência.

É o breve relato.

II – DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Após manifestação de intenção recursal realizada a tempo e modo e devidamente aceita pela Pregoeira, o Recurso foi aviado, em 02/05/24, pela 3ª colocada do certame, contra a classificação da proposta apresentada pela Recorrida (2ª colocada) e consequente vitória o certame, em consonância com os requisitos previstos no item “11” do respectivo Edital. Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade recursal, dentre os quais tempestividade, sucumbência, legitimidade, interesse e motivação, conhece-se do recurso interposto e passa-se à análise de mérito.

III – DO MÉRITO

III.1 – PONDERAÇÕES PREFACIAIS

III.1.1 – DO PADRÃO DE CONDUÇÃO DO PREGÃO

Inicialmente, importa salientar que esta Pregoeira, ao longo da condução de todo o processo, dedicou-se, permanentemente, ao zelo pela efetividade dos princípios jurídicos norteadores da Licitação e dos que lhes são correlatos, dentre os quais Isonomia, Seleção da Proposta mais Vantajosa para a Administração, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Igualdade, Publicidade, Eficiência, Probidade Administrativa, Vinculação ao Instrumento Convocatório, Julgamento Objetivo, Razoabilidade, Proporcionalidade, Competitividade e Motivação dos Atos Administrativos (art. 37, *caput* e XXI, da Constituição Federal; arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93; art. 5º da Lei Estadual nº 14.167/02; art. 2º do Decreto Estadual nº 48.012/20; arts. 2º e 46 da Lei Estadual 14.184/02).

A cada decisão prolatada, entendimento adotado e impulsão promovida pela Pregoeira no decorrer da condução do processo licitatório em tela, revela-se notório o seu cuidado em jamais descurar o dever de publicidade, transparência e fundamentação jurídica e/ou técnica, subsidiada, neste último caso, pelas unidades especializadas competentes. Tal postura é facilmente constatável a partir dos diversos meios oficiais de divulgação utilizados ao longo do gerenciamento do Pregão (Portal do Ministério Público de Minas Gerais, via “Consulta a licitações” pelo ícone “Portal Transparência MPMG”, e via Diário Oficial Eletrônico; Portal de Compras-MG, mediante funcionalidades próprias e mediante o respectivo *Chat* da Sessão do Pregão, cujo histórico acha-se retratado na Ata correspondente; Processo no Sistema Eletrônico de Informações – SEI –, disponível para consulta mediante solicitação por eventual interessado, nos termos do subitem “15.13” do Edital), bem como a partir do cunho elucidativo das justificativas fornecidas, sempre vinculadas ao Edital, à principiologia e aos instrumentos normativos aplicáveis. A propósito, quando a funcionalidade do Portal de Compras-MG impunha limitação de caracteres e se entendia que tal restrição poderia comprometer o grau ideal de clareza, precisão e pormenorização do embasamento registrado, demonstrava esta Pregoeira, por praxe, o cuidado de

complementar ou detalhar o teor da informação ou da fundamentação por meio do *Chat* do Pregão Eletrônico.

A mesma atuação criteriosa se pode constatar a partir das ponderações, diligências perante os atores envolvidos e interlocuções internas promovidas em sede recursal, com vistas à obtenção de justo e motivado deslinde.

III.1.2 – DOS APONTAMENTOS PRELIMINARES VEICULADOS NAS CONTRARRAZÕES

Em Contrarrazões, a Recorrida, preliminarmente, argumenta que a Recorrente já havia protocolizado recurso anteriormente (doc. SEI 6844170), oportunidade em que pontuou apenas a descontinuação de equipamentos. Defende que a atual alegação de divergências entre especificações técnicas exigidas pelo Edital, invocada na segunda manifestação de intenção recursal, haveria sido alcançada por preclusão consumativa.

Registre-se, desde já, que esta Pregoeira rechaça a ocorrência da pretensa preclusão consumativa, uma vez que a etapa recursal em trâmite não se acha atrelada à fase recursal previamente concluída.

Conforme explicitado na conclusão da primeira decisão recursal proferida no processo (doc. SEI 7219314 – documento anexo nº 03), por aplicação analógica do direcionamento normativo extraível do art. 44, §4º, do Decreto Estadual 48012/20, bem como do art. 9º, XVII, da Lei Estadual nº 14.167/02, o acatamento da alegação recursal de descontinuidade da produção de itens originalmente ofertados importou na invalidação de atos pretéritos não aproveitáveis. Assim, retrocedeu-se, naquela ocasião, quanto à aceitação da proposta recorrida e quanto à declaração de vitória do certame. A operacionalização da medida demandou a reversão de fases no Sistema para que se regressasse ao estágio de “Aceitação de Proposta Vencedora”. Oportunamente, após a divulgação da decisão recursal primeva, a então Recorrida foi convocada para encaminhar sua proposta final readequada, mediante oferta de produtos substitutivos para os itens “1” e “2” do lote licitado, de cuja descontinuação se teve ciência em decorrência do primeiro recurso. Remetida a proposta saneada a tempo e modo, e ressalvados os elementos sujeitos a aproveitamento, o processo retomou seu curso legal, reinaugurando-se fielmente todo o trâmite que conduziria à prolação de novo resultado formal para o certame, eis que medida diversa não asseguraria a legitimidade e conformidade normativa do prosseguimento processual:

Renovou-se a fase classificatória do Pregão (*vide* docs. SEI 7266933 a 7297459 e Ata Parcial do Pregão – doc. anexo nº 04), mediante repetição dos atos processuais necessários à análise e aprovação da proposta, tais como apreciação pela Pregoeira e pelos setores técnicos competentes, haja vista que a proposta havia sido modificada, e era imprescindível aferir-se se as alterações se haviam operado nos limites da decisão recursal e em consonância com o Edital. A proposta readequada foi, então, formalmente aceita. Na sequência, restou igualmente renovada a fase habilitatória do certame (*vide* docs. SEI 7304332 a 7304338 e Ata Parcial do Pregão), em decorrência da qual se concluiu novamente pela habilitação da arrematante recorrida. Em prosseguimento, a Recorrida foi novamente declarada vencedora do certame e esta Pregoeira esclareceu, via *Chat* do Pregão, que a fase recursal seria então reinaugurada, consoante legislação aplicável (conforme histórico consultável na Ata do Pregão).

A fase recursal instaurada a partir daí em nada se vincula à fase recursal anteriormente superada. Tratou-se de etapa normativa decorrente do novo ato de declaração do vencedor do certame, a ser devidamente cumprida na ocasião, com todas as garantias inerentes, por força de disposição legal e editalícia (art. 44, Decreto Estadual nº 48.012/20; art. 9º, XVI e XVIII, da Lei Estadual nº 14.167/02; item “11.1” do Edital). A nova declaração de vitória do certame pela Recorrida se submeteu a fundamentações alheias à motivação da declaração de vitória anterior (conforme decisão proferida quanto ao primeiro recurso aviado – doc. SEI 7219314) e, por óbvio, restaria indevidamente negado o direito ao questionamento de sua adequação caso subtraída a fase recursal correspondente. Anote-se que tal pretensa subtração sequer seria operacionalmente viável, uma vez que o Portal de Compras-MG, sistema estruturado de modo a refletir o rito legal, obsta o prosseguimento do feito se não cumprida cada etapa processual obrigatória.

Assim, registrado o motivo de intenção recursal no prazo próprio, o juízo de admissibilidade correlato incide tão somente sobre pressupostos recursais. Não caberia a esta Pregoeira adentrar antecipadamente o seu mérito, sob pena de cerceamento a direitos constitucionais de petição aos Poderes Públicos e ao contraditório/ampla defesa (art. 5º, XXXIV, “a” e LV da Constituição Federal), de negativa peremptória à possibilidade de incidência do Princípio da Autotutela (art. 49 da Lei 8.666/93; arts. 53 a 55 da Lei 9.784/99; arts. 64 a 66 da Lei Estadual 14.184/02; súmulas 346 e 473 do STF; item “15.8”

do Edital) e de afronta a princípios licitatórios tais como Interesse Público, Vinculação ao Instrumento Convocatório, Isonomia entre os Concorrentes, Competitividade, Formalismo Moderado e Razoabilidade. A respeito da condenação a pretensa rejeição sumária de intenção recursal, *vide* jurisprudência ilustrativa: “TCU, Acórdão nº 31/2024 – Plenário, TC 040.026/2023-0, Min. Rel. Walton Alencar Rodrigues, 17.01.2024”; “TCU, Acórdão nº 1414/2023 – Plenário, TC 008.536/2023-6, Min. Rel. Jorge Oliveira, 12.07.2023”.

A ausência de manifestação de intenção recursal tempestiva e motivada, essa sim, importaria a “decadência” do direito de recurso (art. 44, §3º, Decreto Estadual 48012/20; art. 9º, XVIII, Lei Estadual nº 14.167/02, item “11.1” do Edital), o que não ocorreu no certame em questão.

Rejeita-se, portanto, a alegação de preclusão consumativa, haja vista que o segundo registro de intenção recursal efetuado pela Recorrente não configura repetição de ato anterior já consumado, mas inauguração de ato novo, independente, exercido em oportunidade recursal reaberta após regresso do feito a fases anteriores e consequente desenvolvimento processual, que culminou em nova declaração de vitória do certame, inclusive sob fundamentação adicional. A arguição aventada pela Recorrida não encontra, pois, respaldo legal. Embora a nova linha de argumentação utilizada pela Recorrente já pudesse haver sido ventilada desde a primeira oportunidade recursal, não seria lícito exigir-se dela que a motivação exposta na segunda oportunidade estivesse vinculada ao fundamento recursal inicial. A propósito, fosse cabível o entendimento pela preclusão, sequer faria sentido o franqueamento de nova oportunidade recursal pelo sistema, assegurada em observância ao rito legal.

Ainda preliminarmente, a Recorrida argui má-fé pressuposta na postura da Recorrente. Aventa comportamento contraditório, conflitante com o princípio denominado “*Venire Contra Factum Proprium*”, bem como alega que a contraparte se haveria valido de “nulidade de algibeira”, mantendo-se inerte quanto à invocação de nulidade, por ocasião do recurso primevo. Sugere que a conveniência do silêncio anterior quanto a divergências do Edital se justifica pelo fato de a Recorrente ofertar modelo de equipamento coincidente com o proposto pela Recorrida. Defende que a Recorrente haveria renunciado tacitamente ao direito de alegar a nulidade.

Tais alegações, contudo, tornam-se inócuas diante do fato de que a implementação do poder de autotutela pela Administração Pública independe de provocação de terceiros ou de deliberação judicial e não se vincula aos contornos de eventual vindicação pelo seu exercício. Em que pese seja crível, em tese, que a Recorrente haja incorrido em omissão deliberada como estratégia processual em seu favor (mesmo porque, conforme afirmou o NUORG no parecer inicial 7365855, “*para os três itens recorridos, a recorrente apresentou a mesma marca modelo dos equipamentos ofertados pela recorrida*”), tal possibilidade não afeta a circunstância de que vícios do instrumento convocatório e, portanto, de atos administrativos nele fundamentados chegaram ao conhecimento do Poder Público, ao qual cabe o dever de rever seus atos a qualquer tempo, seja mediante provocação, seja de ofício, diante de interesse público, inconveniência, inoportunidade ou ilegalidade que o enseje. Não é dado à Administração ignorar deficiências técnico-jurídicas inafastáveis supervenientemente identificadas no certame e das quais teve ciência, sob pena de violações normativas de variada ordem, conforme será largamente detalhado no tópico “III.2.4” desta decisão. Ademais, incabível pretensa reprimenda ao comportamento da Recorrente. Na esfera hipotética, omissão estratégica similar poderia ser igualmente atribuída à Recorrida, que, na condição de vencedora do certame até então, se beneficiaria da ausência de reconhecimento das equivocidades do Edital, pelo que não lhe conviria pleitear a revogação ou anulação do processo. Ambas as partes sugeriram teórica negligência da contraparte em não impugnar oportunamente os termos do Edital, caso se pretendessem questioná-los. De fato, poder-se-ia supor que eventual impugnação tempestiva, ou mesmo ventilação das incongruências editalícias na primeira oportunidade recursal, haveriam ensejado saneamentos prévios e poupado a atual frustração processual ou, ao menos, evitado o prolongamento processual e as extensas diligências que se revelaram necessárias para o deslinde das razões originalmente aventadas. Contudo, nem Recorrente nem Recorrida o fizeram e há que se reconhecer: as falhas detectadas pertencem a ato convocatório publicado pela Administração Pública e não cabe atribuir-se a particulares suposta responsabilidade por sua identificação ou correção. De todo modo, forçoso ponderar-se que, não obstante tardiamente, a ventilação de lapsos editalícios pela Recorrente suscitou informação útil ao interesse público e à conformidade normativa que à Administração incumbe resguardar. Ensejou, afinal, conforme se detalhará nesta decisão, o prudente exercício do poder-dever de autotutela administrativa.

Feito o registro acerca da legitimidade do padrão de condução adotado no decorrer de todo o rito processual inerente ao Pregão Eletrônico em trâmite, bem como da rejeição a apontamentos preliminares da Recorrida, inaugura-se

a apreciação das alegações de mérito formalizadas pela Recorrente.

III.2 – DA ALEGAÇÃO DE OFERTA DE PRODUTOS QUE NÃO ATENDEM FIELMENTE AO EDITAL PELA PROPOSTA RECORRIDA

Afirma a Recorrente que três dos produtos ofertados pela proposta declarada vencedora não atendem a especificações técnicas exigidas no Edital. Argumenta ser imprescindível a aferição de compatibilidade e adequação entre a proposta os termos do objeto licitado, sob pena de admissão de proposta defeituosa, incompatível com o objeto e incapaz de atender ao interesse público. Pontua que eventual discordância quanto aos requisitos deveria haver sido impugnada pela Recorrida em tempo hábil. Invoca os princípios da Vinculação ao Ato Convocatório, Julgamento Objetivo e Isonomia entre os concorrentes como fundamento para o pleito de desclassificação da proposta até então vencedora, associados a possíveis danos ao erário decorrentes de ausência de capacidade de atendimento ao objeto licitado.

A Recorrente aduz a seu favor precedente do Superior Tribunal de Justiça que, diante de contradição entre manual técnico do produto e parecer técnico emitido pela Administração Pública, considera a prevalência do primeiro, “*uma vez que ninguém melhor que o próprio fabricante para definir quais são os limites de seu produto*”. Aludida jurisprudência ilustrativa reverte vitória anterior baseada na incompatibilidade técnica entre a proposta declarada vencedora e as especificações técnicas exigidas pelo Edital para os objetos licitados (RMS: 62150 SC 2019/0318572-0, Relator: Ministro SÉRGIO KUKINA, Data de Julgamento: 08/06/2021, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/06/2021).

Declara, ainda, a Recorrente, 3ª colocada do certame, haver ofertado produtos que cumprem a totalidade das exigências do ato convocatório.

III.2.1 – QUANTO AO PRODUTO OFERTADO PELA RECORRIDA PARA O ITEM “1” DO LOTE:

Relativamente ao item “1” do lote licitado, a Recorrente sustenta que o modelo de câmera ofertado pela vencedora (“DS-2CD3066G2-IS/DS-2CD3166G2-IS + SD CARD 32GB + SUPORTE POSTE + HIKCENTRAL-P -VSS-1CH + Infra + Cat5”) não atende a especificações previstas no Edital.

Alude às seguintes exigências presentes no subitem “3.1” do Apenso Único do Termo de Referência (“Caderno de Especificações Técnicas”) – grifos ora adaptados:

Câmera de monitoramento remoto, com capacidade de obtenção de detalhes de identificação de imagem a até 15 metros do local de instalação;

Deve possuir abertura horizontal de imagem de no mínimo 97 (graus).

Reporta-se, também, a exigências integrantes da descrição técnica do mesmo produto (item “1” do lote), constantes na tabela do item “4” do Termo de Referência. Vale salientar que tais previsões acham-se replicadas na tabela do item “3” do “Modelo de Proposta” (Anexo II do Edital) – realces ora adaptados:

câmera de segurança, com capacidade de obtenção de detalhe (identificação) de imagem a até 15 metros do local de instalação;

abertura horizontal de imagem de no mínimo 900 (graus).

Sustenta a Recorrente que, a partir dos *datasheets* dos equipamentos correspondentes à proposta até então vencedora, é possível verificar que **nenhum dos modelos satisfaz integralmente os requisitos editalícios** (realce ora acrescido):

Lens	
Lens Type	Fixed focal lens, 2.8, 4, and 6 mm optional
Focal Length & FOV	2.8 mm, horizontal FOV 105°, vertical FOV 55°, diagonal FOV 127°
	4 mm, horizontal FOV 78°, vertical FOV 38°, diagonal FOV 96°
	6 mm, horizontal FOV 51°, vertical FOV 26°, diagonal FOV 59°
Lens Mount	M12
Iris Type	Fixed
Aperture	F1.6
DORI	
DORI	2.8 mm, D: 76 m, O: 30 m, R: 15 m, I: 7 m
	4 mm, D: 115 m, O: 45 m, R: 23 m, I: 11 m
	6 mm, D: 164 m, O: 65 m, R: 32 m, I: 16 m
Illuminator	
▪ Available Model DS-2CD3166G2-IS(2.8mm)(H) DS-2CD3166G2-IS(4mm)(H) DS-2CD3166G2-IS(6mm)(H) DS-2CD3166G2-ISU(2.8mm)(H) DS-2CD3166G2-ISU(4mm)(H) DS-2CD3166G2-ISU(6mm)(H)	
▪ Available Model DS-2CD3066G2-IS(2.8mm)(H) DS-2CD3066G2-IS(4mm)(H) DS-2CD3066G2-IS(6mm)(H)	

DORI: Os requisitos operacionais comuns do videomonitoramento são detecção, observação, reconhecimento e identificação > (resumido como “DORI”) de indivíduos ou objetos na filmagem. (Informação retirada do site: <https://www.axis.com/dam/public/31/fc/6c/pixel-density-pt-BR-405581.pdf>)

Como visto nas imagens, os equipamentos ofertados **ou** possuem abertura de 105° FOV Horizontal e capacidade de Identificação (DORI) de imagem de até 7 metros, **ou** possuem abertura de 51° FOV horizontal e capacidade de identificação (DORI) de 16 metros.

Conclui a Recorrente que “nenhum modelo disponível para compra deste equipamento cumpre as exigências descritas no edital, sendo assim, os produtos ofertados não atendem as especificações mínimas do processo”.

Em sede de Contrarrazões, a Recorrida defende a possibilidade de se corrigirem pequenos erros até então não detectados e que não prejudicam o andamento do processo, em prol do princípio da economicidade e de toda a mobilização necessária para a realização deste certame.

Quanto ao apontamento recursal em tela, afirma a Recorrida:

Vejamos os apontamentos:

A- DS-2CD3066G2-IS/DS-2CD3166G2-IS + SD CARD 32GB + SUPORTE POSTE + HIKCENTRAL- P - VSS1CH + Infra + Cat5
- Câmera com capacidade de obtenção de detalhe (identificação) de imagem a até 15 metros do local de instalação;
E
- Deve possuir abertura horizontal de imagem de no mínimo 97 (graus) / abertura horizontal de imagem de 900 (graus)
“Pelos datasheets dos equipamentos, é possível verificar que nenhum modelo dos ofertados acima pela empresa cumprem as exigências”

Essas especificações acima, são referentes ao que está descrito no campo da proposta e não ao que está descrito no Termo de Referência. Ao analisar-se o texto do Termo de Referência, essas informações não são encontradas. Percebe-se, que ao ser necessário uma descrição para inserir no campo da proposta, foi escolhido um Título que difere em pequenos detalhes do que se pede no Termo de Referência. Por isso a razão de existir do TERMO DE REFERÊNCIA, no qual constam as especificações e as informações que devem ser seguidas, por isso chama-se TERMO DE REFERÊNCIA.

Mesmo assim, poderemos fazer uma análise fria da necessidade.

O equipamento ofertado, conforme demonstrado no recurso, apresenta o seguinte quadro:

Para o modelo em questão, temos os seguintes dados:

D: 73m

O: 30m

R: 15m

I: 7m

Embora essa questão não seja abordada no Termo de Referência, é de conhecimento geral que existe muita diferença entre aplicação e solicitação.

O MPMG, solicitou uma especificação "X", que contém medidas e distâncias definidas pelo fabricante, tanto é verdade, que coloca a Marca do Fabricante. Porém, na prática sabemos que um equipamento consegue detectar em 73 metros, observar em 30 metros, RECONHECER em 15 metros, e identificar em 7 metros, pode ser usado tranquilamente em inúmeros cenários.

Repetimos, que embora essa informação ao menos conste no TERMO DE REFERÊNCIA, o equipamento vai atender perfeitamente o cenário, visto que dentro todas as exigências técnicas que realmente constam no documento o produto atende com superioridade.

O único objetivo da recorrente nesse caso, é, com o devido respeito, "encontrar pelo em ovo".

De pronto, impende registrar-se que não se acolhem as alegações da Recorrida no sentido de que as divergências noticiadas pelo Recorrente seriam alheias ao Termo de Referência. As contradições apontadas no Recurso quanto às exigências técnicas do Edital incidentes sobre o item "1" do lote decorrem de uma leitura sistêmica do instrumento, integrada por dispositivos presentes no "Termo de Referência" (*vide* Anexo VII do Edital: tabela do item "4 – Descrição dos Itens do Lote, Quantitativos e Códigos do Catálogo de Materiais e Serviços do SIAD", coluna de "Descrição"), no "Modelo de Proposta" (Anexo II do Edital: tabela do item "3 – O Preço e as Especificações Mínimas", coluna de "Especificações do item") e no "Apenso Único" do Termo de Referência ("Caderno de Especificações Técnicas"). Rechaça-se, ademais, a tentativa de se fazer crer que apenas o "Termo de Referência" veicule especificações e condições a serem observadas. Conforme se detalhará no item "III.2.4" desta decisão, que abordará, ainda, outras considerações adicionais atinentes às Contrarrazões, as partes integrantes e inseparáveis do Edital (conforme expressamente previsto no subitem "15.14" do documento) constituem instrumento único e possuem caráter igualmente vinculante.

Por tratarem de matéria eminentemente técnica, com espeque no § único do art. 17 do Decreto Estadual nº 48.012/20 ("O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão."), as alegações recursais foram submetidas à apreciação dos setores técnicos competentes (Diretoria de Segurança / Gabinete de Segurança e Inteligência – DSEG / GSI; Núcleo de Operações de Segurança Orgânica – NUORG –, via Despachos 7340884 e 7356462). Em retorno, o NUORG **a princípio**, proferiu o parecer SEI 7365855 (inicialmente ratificado pela DSEG mediante ciência), do qual se extrai o seguinte posicionamento inicial quanto ao presente tema (importa destacar que tal entendimento foi posteriormente revisto):

A primeira alegação do recurso impetrado pela empresa recorrente - Metodo System Comércio de Equipamentos Para Telecomunicações e Serviços Ltda - versa sobre não atendimento aos requisitos técnicos do item 3.1 do caderno de especificação técnica:

"3.1 - Fornecimento e instalação de câmeras de monitoramento lente fixa tipo dome ou bullet conforme cada caso 2.0 MP marca Hikivision (conforme justificativa), com as licenças necessárias para integração ao software Hickcentral com as seguintes especificações mínimas:"

A recorrente alega que não foi atendido o especificado relativo a:

1. capacidade de obtenção de detalhes de identificação de imagem a até 15 metros do local de instalação;
2. possuir abertura horizontal de imagem de no mínimo 97 (graus);

Traz ainda para a especificação: abertura horizontal de imagem de 900 (graus) do catálogo de materiais e serviços (CATMAS)

Lens	
Lens Type	Fixed focal lens, 2.8, 4, and 6 mm optional
Focal Length & FOV	2.8 mm, horizontal FOV 105°, vertical FOV 55°, diagonal FOV 127°
	4 mm, horizontal FOV 78°, vertical FOV 38°, diagonal FOV 96°
	6 mm, horizontal FOV 51°, vertical FOV 26°, diagonal FOV 59°
Lens Mount	M12
Iris Type	Fixed
Aperture	F1.6
DORI	
DORI	2.8 mm, D: 76 m, O: 30 m, R: 15 m, I: 7 m
	4 mm, D: 115 m, O: 45 m, R: 23 m, I: 11 m
	6 mm, D: 164 m, O: 65 m, R: 32 m, I: 16 m

Considerando que em nenhum momento foi indicado qual lente o equipamento deveria utilizar para fazer identificação a 15 metros, sendo a especificação apenas: "...identificação de imagem a até 15 metros do local de instalação" fica claro o atendimento a especificação conforme datasheet colacionado acima, que o equipamento com lente de 6mm realiza identificação de objetos com distância de até 16m. Portanto, **neste quesito o equipamento apresentado atende as especificações.**

Outro ponto combatido pela recorrente também não tem razão de prosperar, visto que o caderno de especificações técnicas apresenta a seguinte descrição: Deve possuir abertura horizontal de no mínimo 97° (97 graus). Conforme data-sheet, a câmera apresenta abertura horizontal de 105° (105 graus);

Há de se considerar ainda que a recorrente apresenta a especificação trazida do catálogo de materiais e serviço do portal de compras (CATMAS) informando "abertura de imagens horizontal de 900° (900 graus)" o que está com um erro claro de digitação pois o correto do CATMAS seria 90° (90 graus), portanto **neste quesito o equipamento apresentado atende as especificações.**

Conforme se detalhará no item "III.2.4" desta decisão, contudo, posteriormente, houve a prolação de parecer técnico substitutivo, pelo qual se registrou a necessidade de desconsideração da análise técnica anterior, acima reproduzida.

III.2.2 – QUANTO AO PRODUTO OFERTADO PELA RECORRIDA PARA O ITEM "5" DO LOTE:

A Recorrente afirma que o *datasheet* do produto ofertado pela Recorrida para o item "5" do lote licitado (" Marca: Hikvision + Toshiba; Modelo: DS-7616NI-Q2/16P + HDWT140UZSVAR + Infra + Cat5") permite concluir que **o equipamento possui compatibilidade apenas parcial com as tecnologias explicitamente requeridas pelo Edital: "compatibilidade: sinal ahd ou hd-cvi ou hd-tvi, analógica e ip", conforme descrição técnica constante no item "4" do Termo de Referência e reproduzida no item "3" do Modelo de Proposta.** Transcreve-se, adiante, síntese das alegações recursais quanto ao aspecto (realce ora inserido):



Como pode ser observado, pelo datasheet do equipamento, **o gravador para o sistema de segurança ofertado**

possui somente canais para câmeras IP, não possui compatibilidade com sinal ahd ou hd-cvi ou hd-tvi analógica, não atendendo as especificações requisitadas.

Em Contrarrazões, eis a linha interpretativa defendida pela Recorrida:

Igualmente ao que foi alegado no item anterior, o recurso tenta fazer com que o processo seja revogado em função de detalhes e de títulos.

A descrição acima também consta apenas no título da proposta e não na descrição do TERMO DE REFERÊNCIA.

No Termo, exige-se um NVR, inclusive com saídas POE. Ora, **toda indústria, e todo e qualquer instalador sabe que, um NVR POE não pode e não há formas de ter em sua composição, entradas analógicas. Ou é um, ou outro.**

Então vejamos. Se até o momento o MPMG está comprando câmeras IP, está descrevendo um NVR com POE, com qual objetivo o recurso perde tempo em tentar revogar o edital por ter uma referência errada no Título do item?

Em momento alguma essa informação confundiu aqueles que leram o edital, nem mesmo foi fruto de impugnação e de questionamento, **porque claramente percebe-se o que deve ser ofertado!**

A recorrente quer tumultuar. Isso é um ato de desespero.

Não existe no mercado, nem mesmo nesse fabricante um produto que tenha POE e a mesma quantidade de saídas analógicas. É fato. Não houve confusão e nem induziu qualquer participante/concorrente ao erro, **eis que o MPMG está comprando equipamentos IP e não analógicos.**

Não deve prosperar tal alegação de não atendimento.

Novamente se faz necessário pontuar equívoco da Recorrida, ao restringir as divergências pontuadas em recurso a meros detalhes e títulos. Conforme se detalhará no tópico “III.2.4” desta decisão, que abordará, ainda, outras considerações adicionais atinentes às Contrarrazões, as especificações exigidas e apontadas como desatendidas pelo produto ofertado na proposta então vencedora para o item “5” do lote licitado são expressamente elencadas no teor das colunas de “descrição” e de “especificações do item” componentes das tabelas do item “4” do Termo de Referência e do item “3” do Modelo de Proposta, respectivamente.

Provocados os setores competentes a se manifestarem quanto a tal alegação de cunho técnico, a matéria foi inicialmente abordada nos seguintes termos pelo já aludido Parecer 7365855 (posteriormente revisto):

O segundo ponto apresentado pela recorrente é sobre o item “3.5 Fornecimento e instalação de servidor 16 canais com as seguintes configurações mínimas:”

Neste item a recorrente apresenta suposta incompatibilidade do equipamento ofertado questionando sobre a seguinte especificação retirada do CATMAS: “compatibilidade: sinal ahd ou hdcvi ou hd-tvi, analógica”

Cumpra inicialmente informar que nosso sistema é todo digital, motivo pelo qual a especificação acima não foi inserida no caderno de especificações técnicas, porém caso fosse necessário o atendimento integral das especificações inseridas no CATMAS, ainda assim o equipamento atenderia a especificação, bastando apenas se valer de conversor de câmeras – adaptador coaxial ethernet para ethernet sobre coaxial, encontrado facilmente na internet a baixíssimo custo. **Portanto o equipamento apresentado atende as especificações do edital.**

Entretanto, consoante se detalhará no item “III.2.4” desta decisão, houve posterior emissão de parecer técnico substitutivo, no qual se consignou a necessidade de desconsideração da análise técnica anterior, acima reproduzida.

III.2.3 – QUANTO AO PRODUTO OFERTADO PELA RECORRIDA PARA O ITEM “7” DO LOTE (“NOBREAK”):

Argumenta a Recorrente que o equipamento proposto pela Recorrida para o item “7” do lote licitado (“*MARCA: TS SHARA; MODELO: UPS COMPACT PRO UNIVERSAL 1400VA BIVOLT*”) não atende à completude das especificações técnicas exigidas. Afirma que, enquanto a descrição técnica constante no item “4” do Termo de Referência (acresça-se: e no item “3” do Modelo de Proposta) demanda expressamente “*fator potência: 0,62*”, o fator de potência do produto ofertado pela Recorrida é de “0.5”, conforme se pode verificar junto ao *site* do respectivo fabricante <https://tsshara.com.br/produto/ups-compact-pro-universal1400va-2bs-7ah>.

Sintetizam-se, a seguir, as considerações recursais a tal respeito (grifo aposto):

CARACTERÍSTICAS	PROTEÇÕES	ESPECIFICAÇÕES	APLICAÇÕES
<ul style="list-style-type: none">• Potência: 1400VA• Tensão de entrada: 115V / 220V (bivolt automático)• Tensão de saída: 115V ou 220V (selecionável manualmente via chave comutadora)• Conexão de entrada AC: 1 cabo de alimentação, 1 engate rápido para bateria(s) externa(s)• Quantidade de tomadas: 6 tomadas 10A - NBR 14136• Tensão DC: 24V• Bateria(s): 2 baterias internas de 12V 7Ah• Bateria externa indicada - não inclusa: 2 baterias de 12V/45Ah• Autonomia Média: 60 minutos• Frequência de rede: 50Hz ou 60Hz(+/-5%) com detecção automática• Fator de potência saída: 0,5• Tempo de transferência: 1 ms• Rendimento em rede (com meia carga): >96%• Rendimento em inversor (com meia carga): >85%• Faixa de Entrada 115V: 91V - 143V (CA)• Faixa de Entrada 220V: 174V - 272V (CA)• Tolerância para tensão de saída em inversor: Tensão nominal de saída +/-6%• Peso: 10.4kg• Altura: 185mm• Largura: 130mm• Comprimento: 400mm			

É preciso esclarecer que o fator de potência é um fator da relação entre a potência ativa e potência reativa, indicando a eficiência com qual a energia está sendo usada. Portanto, quanto maior o fator de potência, melhor será a eficiência de conversão. **Neste caso, tem-se que o equipamento ofertado pela empresa possui fator de potência menor que o solicitado, trazendo menos eficiência ao equipamento.**

No bojo de Contrarrazões, sustenta a Recorrida:

Por fim, na mesma linha, o recurso apegou-se ao título do item na proposta, para tentar desmerecer o trabalho realizado pela equipe do MPMG.

Percebe-se que não há tal especificação técnica no TERMO DE REFERÊNCIA, não existe tal exigência.

Igualmente ao que foi alegado no item anterior, o recurso tenta fazer com que o processo seja revogado em função de detalhes e de títulos.

(...)

Ao apegar-se ao Título do Item na proposta, o recurso tenta desmerecer tanto nosso trabalho como da equipe do MPMG.

Mas vamos novamente demonstrar nosso comprometimento.

O fator de potência do Nobreak é explicado por diversos fabricantes:

“Para um nobreak, o valor em VA (Volt-Ampere) é mais relevante, pois considera tanto a potência real (Watts) quanto a potência aparente (VA).”

<https://tsshara.com.br/blog/falta-de-energia/como-calcular-a-potencia-do-motor-para-o-uso-do->

Nesse quesito, a única exigência do Termo de Referência é o valor VA. E não há cálculo de Fator de Potência para justificar a necessidade de valor superior a 0,5 que o equipamento oferece. Para saber ao certo a necessidade da demanda, cabe somar todos os equipamentos que serão ligados, o pico de consumo e outros fatores que não estão considerados.

Porém, o que se pede é:

- Nobreak Bivolt 1400 VA ou superior para proteção dos equipamentos;

Esse requisito foi atendido.

Agora, caso seja necessário o aumento do Fator de Potência, o nobreak solicitado está perfeitamente preparado, visto que o termo exige:

- Permitir expansão da autonomia através da conexão rápida de uma bateria externa;

Novamente, a tentativa de induzir ao erro sobre algo tão simples, não deve prosperar.

Mais uma vez, erroneamente, a Recorrida afirma tratar-se de exigência alheia ao Termo de Referência e limita o dissenso a meros detalhes e títulos. Conforme se detalhará no tópico “III.2.4” desta decisão, que abordará, ainda, considerações adicionais atinentes às Contrarrazões, o fator de potência exigido e apontado como desatendido pelo produto ofertado na proposta então vencedora para o item “7” do lote licitado é expressamente exigido no interior das colunas de “descrição” e de “especificações do item” componentes das tabelas do item “4” do Termo de Referência e do item “3” do Modelo de Proposta, respectivamente.

Submetida a matéria ao exame técnico, nestes termos expressou-se o posicionamento **inicialmente** formalizado pelos setores (Parecer SEI 7365855, posteriormente revisado):

Terceiro ponto abordado no recurso trata-se do item “3.7 Fornecimento e instalação de Nobreak com as seguintes especificações mínimas:” alegando que não foi atendido o fator de potência de saída 0.62.

Informamos que no caderno de especificação técnica não consta o item fator de potência de saída 0.62, por não ser de importância para o projeto, visto que adquirimos nobreak genéricos independentemente da quantidade de câmeras instaladas, apenas para um mínimo de tempo de autonomia. Caso fosse necessário a indicação de tal especificação, seria realizado um projeto elétrico específico para cada unidade, e teríamos de adquirir vários modelos de equipamentos o que seria inviável.

Ocorre que, no momento de confecção do edital as especificações do CATMAS foram transcritas de forma literal no edital apenas para descritivo do código a ser utilizado sendo as especificações técnicas necessárias inseridas no caderno de especificações técnicas, sendo citado de forma clara na página 33 do edital **“ATENÇÃO: Vide exigências complementares previstas no “Caderno de Especificações Técnicas” (Apenso Único do Termo de Referência).”**

3) O PREÇO E AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

LOTE 1 (ÚNICO) – Fornecimento e Instalação de Câmeras de Segurança, Gravadores para Sistema de Segurança, Televisões e Nobreaks; Serviço de Manutenção e Reparo em Equipamentos e Sistemas de Segurança Eletrônica, incluindo equipamentos, materiais e acessórios.									
ATENÇÃO: Vide exigências complementares previstas no “Caderno de Especificações Técnicas” (Apenso Unico do Termo de Referência).									
ABERTO A TODOS OS LICITANTES (ampla competição)									
Item	QTD	UND	Especificações do Item	COD. SIAD	Preço		Preço deduzido ICMS(*)		Marca/ modelo
					Unitário	Total	Unitário	Total	

Após a citação do item do CATMAS foi escrito: Fornecimento e instalação de nobreak **conforme descrito no Apenso Único do Termo de Referência.**

7	100	Unid	Nobreak - potencia saida: 1,4kva; fator potencia: 0,62; tensao entrada: 115-127/220 volts - Bivolt; frequencia: 60hz; tensao saida: 115 volts fixa; bateria interna: 12vdc/7ah; tomadas/bornes: 5 tomadas + 3 tomadas de saida (extension cord); permite ser ligado na ausencia de rede eletrica (dc start); battery management: gerenciador de bateria, recarrega as baterias automaticamente e informa quando a bateria deve ser substituida; forma de onda senoidal por aproximacao (retangular pwm controle	87664 0					
---	-----	------	--	------------	--	--	--	--	--

37



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

			de largura e amplitude); microprocessado (microprocessador risco/flash de alta velocidade, integrando diversas funcoes perifericas, aumentando a confiabilidade e o desempenho do circuito eletronico). Fornecimento e instalação de nobreak conforme descrito no Apenso Único do Termo de Referência.						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Portanto, considerando a clareza do edital, conforme as duas imagens colacionadas acima, entendemos que as especificações do CATMAS podem ser desconsideradas e consideradas apenas o caderno de especificações técnicas.

Não obstante, tal entendimento restou superado mediante prolação de parecer técnico substitutivo, consoante se detalhará no item "III.2.4" da presente decisão.

III.2.4 – DA REVOGAÇÃO DO CERTAME EM DECORRÊNCIA DE DIVERGÊNCIAS NO EDITAL E DA INVIABILIDADE DE PLENO ATENDIMENTO AO OBJETO LICITADO

Previamente ao registro da intenção recursal, formalizou-se, no *Chat* do Pregão, interlocução correlata entre a

Recorrente e esta Pregoeira, adiante transcrita:

- LICITANTE F000182:

Bom dia, Sra. Pregoeira! Gostaríamos, respeitosamente, de solicitar permissão para participar neste momento oportuno. O motivo é verificar se ainda há possibilidade de manifestação de um novo recurso. Questionamos isso porque temos interesse em apresentar um novo recurso pelos mesmos motivos que levaram à revogação do pregão 322/2023 pelo MPMG. A Diretoria de Segurança (DSEG) / Núcleo de Operações de Segurança Orgânica (NUORG) foi o setor responsável pelos serviços da licitação 322/2023. Em resumo, o pregão 322/2023 foi revogado pelo MPMG devido a divergências de especificações entre as descritas no caderno de especificações técnicas e as constantes do portal de compras, que foram transcritas para o edital. Não havia a possibilidade de atender plenamente a ambas as especificações. A decisão de revogação foi assinada pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo, Dr. Márcio Gomes de Souza. Observamos que o edital desta licitação 300/2023 também apresenta diversas divergências entre as descritas no caderno de especificações técnicas e as constantes do portal de compras, que serão comprovadas em nossa peça recursal. Acreditamos que deva ser utilizado o mesmo critério para ambas as licitações.

Complementando, as divergências entre as descrições no caderno de especificações técnicas e as constantes do portal de compras também foram transcritas para o edital deste processo licitatório.

- PREGOEIRA:

Sr. Licitante F000182, dispõe expressamente o item "1.2" do respectivo Edital: *"Em caso de divergência entre as especificações do objeto constantes deste Edital e aquelas descritas no Portal de Compras-MG, prevalecerão as primeiras"*.

- LICITANTE F000182:

Sra. Pregoeira, o item 1.2 também estava presente no edital do pregão 322/2023. Em nosso contrarrecurso, argumentamos pela consideração desse item, porém nossa solicitação não foi atendida, resultando na revogação do processo.

- PREGOEIRA:

Acabo de me inteirar da integralidade da decisão recursal mencionada, proferida no Processo Licitatório nº 322/2023 (Processo SEI nº 19.16.3891.0099756/2023-98, doc. 7077584). Naquele caso, tratou-se do reconhecimento da existência de especificações técnicas divergentes (por vezes, mutuamente excludentes) em trechos distintos do próprio instrumento convocatório, daí a conclusão pela revogação. Eventual divergência entre especificações constantes no Edital e no Portal de Compras configurariam situação diversa, cuja solução é extraível da própria disciplina editalícia.

Segundo a praxe deste Órgão, é possível o aproveitamento de "códigos-SIAD" similares para aplicação a objetos aproximados. O Edital e seus anexos detalham as especificações técnicas cabíveis ao item licitado, que prevalecem sobre especificações do Sistema, em caso de divergência. No respectivo Edital, instrumento normativo que rege o processo licitatório e vincula tanto a Administração Pública quanto os licitantes (arts. 3º, 41, 44 e 45 da Lei 8.666/93; art. 5º, Lei Estadual 14.167/02; art. 2º, Decreto Estadual nº 48.012/20), consta regramento inequívoco quanto a tal prevalência, conforme anteriormente mencionado (item "1.2" do Edital).

(...)

- LICITANTE F000182:

Sra. Pregoeira, conforme informamos anteriormente, o edital desta licitação também apresenta divergências entre as especificações constantes no Edital e no Portal de Compras, assim como ocorreu no edital do processo 322/2023. Em nosso contra recurso apresentado na licitação 322/2023, foi relatado que, em nosso entendimento, deveria ser considerado o item 1.2 do edital, ou seja, prevalecendo as especificações descritas no caderno de especificações técnicas. No entanto, nosso argumento não foi acatado. Em nossa perspectiva, não deveria haver diferentes interpretações por parte da mesma instituição.

Senhora Pregoeira, sugiro que verifique a decisão do pregão 322/2023, até mesmo para que o órgão seja coerentes em suas decisões.

Tal interlocução foi certificada nos autos (doc. SEI 7311779) e levada ao conhecimento dos setores técnicos demandantes.

Note-se que, embora, ante a arguição de divergências entre “Caderno de Especificações Técnicas” (Apenso Único do Termo de Referência, correspondente a anexo integrante do Edital) e “Portal de Compras”, esta Pregoeira haja compreendido, a princípio, que o dissenso alegado se limitava a possível conflito entre “Edital” e “Sistema”, é também perceptível que, já na ocasião da interação via *Chat* acima reproduzida, esta Pregoeira sinalizou para a circunstância de que os contornos concretos de eventual divergência aventada norteiam o resultado jurídico cabível. A solução para eventuais divergências entre “Edital” *versus* “Portal de Compras” já estaria contida no regramento do próprio instrumento convocatório (prevalência das especificações técnicas do Edital, conforme previsto em seu item “1.2”). Por sua vez, o reconhecimento de divergências internas ao próprio Edital, indicativas de exigências simultaneamente inatendíveis, poderia configurar motivação para a revogação do processo, tal como verificado no processo licitatório 322/23.

As transcritas manifestações desta Pregoeira, formalizadas no *Chat* em retorno inicial ao licitante recorrente ante a comparação com decisão recursal proferida no Pregão 322/23, são invocadas e contra-argumentadas pela peça recursal nos seguintes termos (grifos apostos):

Entretanto, as divergências verificadas implicariam na impossibilidade de atendimento pleno do edital já que apresenta divergência de especificações entre as descritas no caderno de especificações técnica e as constantes do portal de compras transcritas para o edital, não havendo possibilidade de atendimento pleno às duas especificações, o que leva a concluir que o edital não define critérios claros e objetivos para o julgamento das propostas e, com isso, macula um dos esteios principiológicos que norteiam a licitação: o Princípio do Julgamento Objetivo.

Apenas a título de esclarecimento, registre-se que, ao alegar aludida divergência entre especificações técnicas cadastradas no Portal de Compras e descritas no Edital para os mesmos produtos, a peça recursal, à página 18, argui contradição entre suposto pronunciamento de Pregoeira via *Chat* “quanto aos fundamentos de recurso outrora aviados” e a manifestação desta Pregoeira, formalizada no *Chat* do presente Pregão e já reproduzida acima. Mediante consulta à Ata parcial do atual Pregão e à Ata final do Pregão 322/2023, mencionado com intuito comparativo pela Recorrente, não se identificou, entretanto, a autoria do trecho inicial atribuído genericamente à “Pregoeira”, adiante transcrito, tampouco o processo licitatório correlato: “Portanto, tais alegações apresentadas no recurso não possuem fundamento visto que se baseiam nas especificações CATMAS descritas no Portal de Compras – MG e não nas especificações contidas no item 3.7 do edital, violando o item 1.2 do objeto”.

O Recurso denuncia a ausência de definição de critérios objetivos de julgamento pelo Edital (realce acrescido):

(...) as divergências verificadas implicariam na impossibilidade de atendimento pleno do edital já que apresenta divergência de especificações entre as descritas no caderno de especificações técnica e as constantes do portal de compras transcritas para o edital, não havendo possibilidade de atendimento pleno às duas especificações, o que leva a concluir que o edital não define critérios claros e objetivos para o julgamento das propostas e, com isso, macula um dos esteios principiológicos que norteiam a licitação: o Princípio do Julgamento Objetivo.

Ao versar os lesivos efeitos do instrumento convocatório defeituoso, remete a lição do administrativista Marçal Justen Filho, segundo o qual:

Não fornecer as informações necessárias a que os interessados formulem adequadamente suas propostas. O edital descumprir tanto sua função divulgatória quanto sua função normativa. A omissão impede que os interessados formulem de modo adequado suas propostas: desconhecem o objeto da licitação; ou não podem avaliar os critérios de julgamento; ou ignoram os deveres que assumirão e os direitos de que são titulares etc.

Vale-se a peça recursal de citações legislativas e doutrinárias em prol da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, isonomia e competitividade, bem como do afastamento da discricionariedade administrativa na seleção das propostas.

O Recorrente pugna, assim, por eventualidade, pela desclassificação da proposta recorrida, por descumprir exigências do Edital, e pelo consequente prosseguimento do certame, a partir da convocação dos demais licitantes conforme ordem de classificação. Mas, a título primário, defende a revogação/nulidade do certame mediante exercício de autotutela pela Administração, ante a necessidade de revisão do ato convocatório para correção das divergências

apontadas, de modo a se dirimirem dúvidas quanto às especificações dos serviços e dos produtos a serem fornecidos:

(...) a Administração Pública pode rever seus atos quando apresentarem incongruências ou vícios que possam resultar em não atendimento ao interesse público e à conveniência administrativa.

Vale ainda registrar que a Administração Pública, no exercício do controle interno dos atos administrativos, detém o poder de autotutela, podendo rever os atos que não atendam ao interesse público, nem sejam satisfatórios à conveniência administrativa.

A fim de embasar o pedido de revogação, o Recorrente invoca doutrina, súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal e princípios licitatórios consignados na legislação aplicável. Pondera que, *“pairando dúvidas quanto à possibilidade de sua real efetivação no certame em tela, cabe à Administração revogar seus atos e resolver os problemas detectados”, de forma que “a revogação não só da decisão ora objurgada, mas do certame, é medida que se impõe”*.

O parecer técnico original 7365855, já reproduzido quase em sua totalidade nos itens anteriores desta decisão, concluíra sua avaliação anterior nos seguintes termos (posteriormente revisados):

Portanto, considerando a clareza do edital, conforme as duas imagens colacionadas acima, entendemos que as especificações do CATMAS podem ser desconsideradas e consideradas apenas o caderno de especificações técnicas. A clareza do edital se expressa de tal forma que para os três itens recorridos a recorrente apresentou a mesma marca modelo dos equipamentos ofertados pela recorrida.

Contudo, esta Pregoeira divergiu da linha de raciocínio técnica inicial em decorrência das ponderações adiante elencadas:

- Quanto ao item “1” do lote licitado:

A princípio, convém a reprodução literal de disposições pertinentes do Edital. Exigem as tabelas do item “4” do Termo de Referência e do item “3” do Modelo de Proposta:

- câmera de segurança, com capacidade de obtenção de detalhe (identificação) de imagem a até 15 metros do local de instalação;
- abertura horizontal de imagem de no mínimo 900 (graus).

Exige o subitem “3.1” do “Apenso Único” do “Termo de Referência” (“Caderno de Especificações Técnicas”):

- Câmera de monitoramento remoto, com capacidade de obtenção de detalhes de identificação de imagem a até 15 metros do local de instalação;
- Deve possuir abertura horizontal de imagem de no mínimo 97 (graus).

Afirma a Recorrente que, a partir dos *datasheets* dos equipamentos ofertados, constata-se que nenhum dos modelos satisfaz integralmente os requisitos editalícios.

A respeito da abertura horizontal de imagem mínima exigida, mesmo que se reconhecesse o claro erro de digitação aventado nas considerações técnicas originais e que se interpretasse como razoável ante o mercado que a informação “900 graus” fosse lida como “90 graus”, o Edital ainda padeceria de contradição, ante a correspondente previsão constante no Caderno de Especificações Técnicas, que exige o mínimo de “97 graus”.

Em Contrarrazões, a Recorrida admite, expressamente, que a capacidade de identificação do equipamento por ela ofertado é de “7 metros” (pg. “6” do documento), medida inferior à identificação “a até 15 metros” textualmente exigida pelo Edital em três trechos: tabela do item “4” do Termo de Referência, tabela do item “3” do Modelo de Proposta e subitem “3.1” do Caderno de Especificações Técnicas (Apenso Único do Termo de Referência). A Recorrida argui suposto conhecimento geral e remete à prática na tentativa de suprir alegada omissão do Edital e demonstrar a satisfatoriedade do equipamento ofertado:

Embora essa questão não seja abordada no Termo de Referência, é de conhecimento geral que existe muita diferença entre aplicação e solicitação. O MPMG, solicitou uma especificação “X”, que contém medidas e distâncias definidas pelo fabricante, tanto é verdade, que coloca a Marca do Fabricante. Porém, na prática sabemos que um equipamento consegue detectar em 73 metros, observar em 30 metros, RECONHECER em 15 metros, e identificar em 7 metros, pode ser usado tranquilamente em inúmeros cenários.

Porém, na prática sabemos que um equipamento consegue detectar em 73 metros, observar em 30 metros, RECONHECER em 15 metros, e identificar em 7 metros, pode ser usado tranquilamente em inúmeros cenários.

Da argumentação acima transcrita, embora não convenha à pretensão da Recorrida, é razoável inferir-se, também neste ponto, possível falha do Edital. Descabido conceber-se com naturalidade que a exigência expressa de identificação de imagem “a até 15 metros” comportaria margem interpretativa tão elástica a ponto de ser concretamente atendida por uma identificação “a até 7 metros”, isso é, inferior a metade da capacidade requerida no Edital. Tem-se, ainda, que a abordagem das Contrarrazões não coincidiu com a do parecer técnico original, o qual, a partir do *datasheet* em análise, tomou como base um equipamento com capacidade de identificação de objetos com distância de “até 16m” para considerar o atendimento da especificação exigida.

Aparentemente, não restou objetivamente rebatida pelo parecer técnico original a afirmação da Recorrente de que, a partir da interpretação do *datasheet*, seria inviável o atendimento simultâneo às exigências editalícias atinentes a “capacidade de obtenção de detalhes de identificação de imagem” e “abertura horizontal de imagem” por um mesmo equipamento. Salvo melhor juízo, infere-se, dos realces apostos pelo parecer técnico original sobre o *datasheet* em questão, que a primeira exigência seria satisfeita por equipamento com lente de 6 mm, enquanto a segunda exigência seria atendida por equipamento diverso, detentor de lente de 2,8 mm.

- Quanto ao item “5” do lote licitado:

Transcreve-se requisito previsto nas tabelas do item “3” do “Termo de Referência” e do item “4” do “Modelo de Proposta” do Edital: **“compatibilidade: sinal ahd ou hd-cvi ou hd-tvi, analógica e ip”**.

Segundo a Recorrente, o *datasheet* do equipamento ofertado pela Recorrida informa que o gravador possui somente canais para câmeras IP. Não possui compatibilidade com sinal ahd ou hd-cvi ou hd-tvi analógica e, portanto, não atende integralmente às especificações exigidas.

Embora sugira que a circunstância não haja induzido licitantes a erro, a Recorrida, em suas Contrarrazões, admite textualmente falha do Edital, ao considerar que a literalidade de suas exigências redundava em produto inexistente no mercado (grifos apostos):

No Termo, exige-se um NVR, inclusive com saídas POE. Ora, **toda indústria, e todo e qualquer instalador sabe que, um NVR POE não pode e não há formas de ter em sua composição, entradas analógicas. Ou é um, ou outro.**

(...)

Em momento alguma essa informação confundiu aqueles que leram o edital, nem mesmo foi fruto de impugnação e de questionamento, porque claramente percebe-se o que deve ser ofertado!

Não existe no mercado, nem mesmo nesse fabricante um produto que tenha POE e a mesma quantidade de saídas analógicas. É fato. Não houve confusão e nem induziu qualquer participante/concorrente ao erro, eis que o MPMG está comprando equipamentos IP e não analógicos.

Conforme trecho já anteriormente transcrito, o parecer técnico inicial afastava a aplicabilidade de exigências previstas nas tabelas do Termo de Referência e do Modelo de Proposta (“compatibilidade: sinal ahd ou hd-cvi ou hd-tvi, analógica”) sob o entendimento de que se tratava de especificações meramente importadas do CATMAS (Catálogo de Materiais e Serviços do Portal de Compras de Minas Gerais), mas não inseridas no “Caderno de Especificações Técnicas”. Considerava, ainda, que, caso fosse necessário o atendimento integral das especificações do CATMAS, ainda assim o equipamento ofertado atenderia ao exigido, bastando valer-se de conversor de câmeras encontrável na internet a baixo custo.

Entretanto, considerando-se que as especificações do CATMAS foram replicadas no Edital, negar-se aplicabilidade a exigências previstas em dois de seus anexos contrariaria o postulado da “Vinculação ao Instrumento Convocatório” e todas as garantias licitatórias correlatas que ele visa a assegurar (dentre as quais seleção da proposta mais vantajosa, legalidade, julgamento objetivo, competitividade, isonomia) e, frontalmente, os próprios termos do instrumento, que exige, explicitamente e sem ressalvas, seu integral cumprimento (*vide* itens “9.4”, “9.4.1”, “9.12”, “10.8”, “15.14”, “15.14.2”, “15.14.7” do Edital). A seu turno, a cogitação de equipamento adicional (conversor) alheio ao Edital careceria de respaldo normativo e orçamentário, visto que se trataria de inovação extemporânea, negada ao

conhecimento prévio de licitantes, potenciais e efetivos, bem como carente de capacidade vinculativa e de pré-definições determinantes, como alocação de responsabilidades pelo respectivo ônus financeiro e por eventual disfunção do produto.

Inviável precisar-se, ademais, se e em que medida os equívocos e contradições do Edital haveriam comprometido o orçamento estimado, a competitividade e aliado do certame potenciais concorrentes.

- Quanto ao item “7” do lote licitado:

Eis a especificação técnica exigida nas tabelas do item “4” do Termo de Referência e do item “3” do Modelo de Proposta: **“fator potência: 0,62”**.

A Recorrente afirma que o produto ofertado pela Recorrida não atende à completude das especificações técnicas exigidas para o item, uma vez que o fator de potência do produto proposto é de “0.5”, conforme se pode verificar junto ao site do respectivo fabricante <https://tsshara.com.br/produto/ups-compact-pro-universal1400va-2bs-7ah>: “o equipamento ofertado pela empresa possui fator de potência menor que o solicitado, trazendo menos eficiência (...)”.

Nas Contrarrazões, a Recorrida aduz suposta ausência de justificativa para a necessidade de fator de potência superior ao oferecido pelo produto proposto (“0,5”). O parecer técnico original (posteriormente revisto) reconheceu que a exigência de fator de potência de saída “0.62” não goza de importância para o projeto (o que denota falha do Edital) e argumentou que, por essa razão, não foi inserida no Caderno de Especificações Técnicas. Atribuiu a presença do requisito irrelevante no Edital à transcrição literal das especificações do CATMAS, correspondentes a mero descritivo do código de item a ser utilizado. Pontuou, ainda, a existência de alerta apostado no preâmbulo da respectiva tabela do Modelo de Proposta, bem como de adendo acrescido ao final das especificações do respectivo item, os quais remetiam expressamente ao Caderno de Especificações Técnicas. As considerações técnicas adicionais abordadas nas Contrarrazões quanto ao item em apreço não foram especificamente enfrentadas pelo parecer técnico inicial.

Ante o cenário posto, eis o que se tem de objetivo: o Edital exigiu, expressamente, em dois de seus anexos integrantes, fator de potência superior (“0,62”) ao ofertado pelo Recorrido (“0,5”); assim como qualquer parte integrante do Edital, o Apenso Único do Termo de Referência veicula detalhamentos adicionalmente incidentes sobre os produtos demandados, e não preponderantes sobre especificações previstas em trechos distintos do documento, pressupostamente uno e coeso. A coexistência de exigências conflitantes no instrumento convocatório lhe furta a aptidão vinculante que o define por essência (consoante art. 41 da Lei 8.666/93: “A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”).

- Quanto às divergências e inconsistências do Edital, que tornam necessária a revogação do processo:

As especificações do CATMAS não se limitaram ao âmbito do Sistema. Fosse o caso, a solução de divergências entre Edital e Portal já haveria sido previamente concebida pelos próprios termos do instrumento convocatório (“1.2. *Em caso de divergência entre as especificações do objeto constantes deste Edital e aquelas descritas no Portal de Compras – MG, prevalecerão as primeiras*”). Ocorre que as especificações do Sistema foram expressamente transpostas para o Edital. De mais a mais, foram transcritas não apenas em um, mas em dois trechos do instrumento: nas tabelas do item “4” do “Termo de Referência” (“Anexo VI”, coluna “*Descrição*”) e nas tabelas do item “3” do “Modelo de Proposta” (“Anexo II”, coluna “*Especificações do item*”) – vide SEI 6596931, Edital anexo a esta decisão – doc. nº 05). Assim, as divergências/contradições levantadas não pressupõem conflito entre Edital *versus* Sistema. Trata-se, com efeito, de inconsistências internas ao próprio instrumento, o qual, teoricamente, se pressupõe sistêmico, integrado, uniforme, coerente e vinculante. Ou, por vezes, trata-se de colisões entre obrigatoriedades editalícias e dispensas técnicas interpretativas (posteriormente superadas, como se verá adiante).

O “Caderno de Especificações Técnicas” (“Apenso Único” do “Termo de Referência”), o “Termo de Referência” e o “Modelo de Proposta” constituem partes igualmente “*integrantes e inseparáveis*” do Edital, conforme dispõe o subitem “15.14” do instrumento. Remissões ao “Caderno de Especificações Técnicas (Apenso Único do Termo de Referência)” presentes no “Modelo de Proposta” prestam-se, assim, a direcionar os licitantes ao conhecimento de requisitos complementares, e não substitutivos. Careceria de legalidade e razoabilidade supor-se como exigível dos participantes que

atribuíssem a disposições do “Caderno de Especificações Técnicas” suposta prevalência sobre outras previsões do mesmo Edital, detentoras de caráter igualmente vinculante. A reprodução das especificações extraídas do Portal em dois anexos do Edital reforça ainda mais a inadequação de pretensão entendimento pela desconsideração de exigências literalmente previstas e reiteradas no instrumento. Forçoso concluir-se que, nos moldes em que foi publicado, o Edital revelou-se falho quanto à objetividade e à aplicabilidade das especificações exigidas, bem como quanto à estipulação de requisitos simultaneamente atendíveis e, portanto, quanto à previsão de critérios de aceitabilidade e julgamento inequívocos/objetivos. Inviável qualificar-se como detentor de clareza um instrumento convocatório que previu, reiteradamente, exigências tidas por desconsideráveis ou inaplicáveis ao objeto apenas em fase recursal.

A título ilustrativo, transcrevem-se, adiante, disposições do Edital das quais se extrai a obrigatoriedade de pleno cumprimento das especificações nele exigidas. Vê-se que inexiste qualquer indicativo de pretensa relação de preferência ou subordinação entre suas partes integrantes. Tampouco é possível inferir-se o franqueamento de flexibilidade interpretativa para que se entenda pela inutilidade/inocuidade de certas previsões em detrimento de outras do mesmo instrumento normativo (realces ora inseridos):

- Preâmbulo do Edital, Cláusula Primeira da Minuta de Contrato (Anexo I), trechos superiores do Modelo de Proposta (Anexo II), dos Modelo de Declaração correspondentes aos Anexos IV, V e VI e do Termo de Referência (Anexo VII), item “1” do “Apenso Único (Caderno de Especificações Técnicas):

OBJETO: Aquisição de equipamentos e serviços para ampliação da solução do sistema de monitoramento de imagens para diversas sedes do Ministério Público, incluindo instalação, configuração e manutenção, em conformidade com as especificações, condições e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e de acordo com o seu Apenso Único;

- Itens do Edital:

7. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS PELO SISTEMA

7.1. O licitante deverá encaminhar concomitantemente os documentos de habilitação exigidos no Edital e a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio do site www.compras.mg.gov.br, até a data e o horário marcados para abertura da sessão pública, após o preenchimento do formulário eletrônico e “upload” dos documentos, com declaração em campo próprio do Portal de Compras – MG do cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital e seus anexos.

7.2. Todas as condições estabelecidas neste Edital serão tacitamente aceitas pelo proponente no ato do envio de seus documentos de habilitação e proposta comercial.

(...)

9.4. São critérios de aceitabilidade das propostas:

9.4.1. Conformidade das especificações constantes na proposta com aquelas previstas no Edital;

(...)

9.5.1. Cabe ao licitante demonstrar que o produto ofertado atende a todas especificações técnicas previstas neste Edital, sob pena de não aceitação de sua proposta.

(...)

9.8. EXIGÊNCIA DE AMOSTRA/PROTÓTIPO: Caso haja previsão de exigência de amostra ou protótipo no Anexo VII (Termo de Referência), o Pregoeiro poderá solicitar sua apresentação, para análise de sua conformidade com as exigências do Edital.

(...)

9.9. Caso o licitante não apresente amostra/protótipo no prazo definido no Anexo VII (Termo de Referência), ou na hipótese de não atendimento às exigências do Edital, a proposta do licitante não será aceita.

(...)

9.12. Constatada a satisfação das exigências editalícias, inclusive quanto a amostra/protótipo, quando for o caso, o Pregoeiro declarará aceita a melhor proposta.

(...)

10.7. Caso a proposta vencedora não seja aceitável ou o licitante não atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração

de uma proposta que atenda ao Edital, em relação à qual será realizada a negociação prevista no subitem 9.2.

10.8. O licitante que atender plenamente às exigências editalícias será declarado vencedor do certame.

(...)

15.4. A apresentação de proposta obriga o licitante declarado vencedor ao cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital.

15.5. As demais condições ou exigências pertinentes ao objeto desta licitação são aquelas explicitadas ao longo da Minuta de Contrato (Anexo I) e do Termo de Referência (Anexo VII), sendo todos os anexos partes integrantes deste Edital.

(...)

15.14. São partes integrantes e inseparáveis do presente Edital:

(...)

15.14.2. Anexo II – Modelo de Proposta (planilha de preços);

(...)

15.14.7. Anexo VII – Termo de Referência (composto por seu Apenso Único).

- Preâmbulo da Minuta de Contrato (Anexo I):

As partes acima qualificadas celebram o presente Contrato, com observância ao Processo SEI n.º 19.16.3891.0086584/2023-43, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Estadual nº 14.167/02, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 48.012/20, e também pelos Decretos Estaduais nº 45.902/12 e 47.524/18, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital do Processo Licitatório SIAD nº 1091012 300/2023, devidamente adjudicado, homologado e publicado, na forma da Lei, observados os Anexos I e II (Anexos II e VII do Edital) e respectivas atas de abertura e julgamento, mediante as cláusulas e condições seguintes: (...).

- Cláusula Décima Sétima da Minuta de Contrato (Anexo I) – Dos Documentos Integrantes:

Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, para todos os efeitos, o Edital do processo licitatório, a ata de realização da sessão de pregão, o instrumento legal que confere poderes ao representante da Contratada para representá-la, bem como os Anexos I e II deste Contrato, os quais consignam a proposta vencedora com a planilha de preços, e o termo de referência, com as especificações do objeto.

- Item “6” do Termo de Referência (Manuais /Catálogos / Prospectos / Fôlderes):

(...)

Critérios de avaliação e eventuais testes de aferição de compatibilidade aos quais o item será submetido: Verificação de atendimento de todos os requisitos técnicos e especificações contidas no Edital, que compatibilizam com o sistema atual em funcionamento.

- Item “12” do Termo de Referência (Critérios de Aceitabilidade / Recebimento do Objeto):

12.1. Critérios de aceitabilidade: Conforme estabelecido no Edital e seus Anexos.

(...)

- Item “22.2” do Termo de Referência (Forma de Seleção e Critério de Julgamento do Fornecedor):

Trata-se de objeto considerado de natureza comum, tendo em vista que são objetivamente descritos e definidos pelo edital, sem complexidades maiores e que possuem especificações usuais de mercado. Desse modo, o fornecedor será selecionado por meio do procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Outro fator determinante para a conclusão decisória ora delineada decorre do fato de que, recentemente, este Órgão proferiu decisão pela revogação de processo licitatório ante cenário similar, oportunidade em que o atual Recorrente figurava como Recorrido e a revogação do certame lhe impediu a adjudicação do objeto. Trata-se da decisão administrativa nº 7077584, emitida no Processo Licitatório nº 322/2023 (SEI nº 19.16.3891.0099756/2023-98). Após comparação entre os atuais apontamentos recursais e os lapsos editalícios que culminaram na decisão em apreço (doc. anexo nº 06), cujos fundamentos aplicáveis se incorporam às presentes razões de decidir, esta Pregoeira concluiu que se tratava de contextos análogos, que demandariam, portanto, a mesma resposta institucional, sob pena de desuniformidade de tratamento e de todas as reprováveis implicações que lhe adviriam, tais como comprometimento da isonomia entre os concorrentes (mandamento constitucional expressamente estipulado no art. 37, XXI, CF), do julgamento objetivo e da segurança jurídica nas contratações públicas, postulados determinantes dentre os substratos legitimadores da sistemática licitatória. Acresça-se que, consultada informalmente, a Assessoria Jurídico-Administrativa deste Órgão se posicionou contrariamente à possibilidade de prolação de decisões díspares diante de situações equivalentes e, portanto, a favor da presente revogação.

A manutenção do certame, não obstante as falhas detectadas, não apenas negaria efetividade a princípios jurídicos norteadores da Licitação, de observância obrigatória pela Administração Pública, como macularia o atingimento do próprio escopo essencial do processo licitatório, de seleção da proposta mais vantajosa destinada ao pleno atendimento da necessidade pública carente de satisfação. Delineado o objeto licitado sem a devida precisão ou congruência, sequer é possível aferir-se se e em que medida haveria ocorrido restrição indevida da competitividade por alijamento de potenciais participantes do certame, possivelmente sabedores de que não atenderiam a determinada exigência, ou eventual precificação do risco decorrente da imprecisão pelos licitantes, com impacto elevatório sobre o patamar de valores cotados para estimativa do orçamento ou ofertados durante a disputa. Consequentemente, eventual contratação pública decorrente de Edital reconhecidamente falho seria inapta a assegurar a real vantajosidade do ajuste para o Poder Público, assim como a presença de moralidade e eficiência administrativas no gasto de recursos públicos (art. 37, *caput*, CF).

Na oportunidade, convém a menção a diretrizes e finalidades normativas que a presente decisão busca salvaguardar: Isonomia, Segurança Jurídica, Seleção da Proposta mais Vantajosa para a Administração, Interesse Público, Economicidade, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Igualdade, Publicidade, Eficiência Administrativa, Probidade Administrativa, Vinculação ao Instrumento Convocatório, Fiel Observância do Procedimento Legal, Julgamento Objetivo, Razoabilidade, Proporcionalidade, Competitividade, Motivação dos Atos Administrativos, Consequencialismo e Pragmatismo Jurídicos, Saneamento, Interpretação Normativa Favorável ao Fim Público, Autotutela Administrativa (art. 37, *caput* e XXI, e art. 93, IX, da Constituição Federal; arts. 3º, 4º, 41, 44 e 45 da Lei nº 8.666/93; art. 5º da Lei Estadual nº 14.167/02; art. 2º do Decreto Estadual nº 48.012/20; arts. 2º, 3º e 46 da Lei Estadual 14.184/02; arts. 20 e 22, LINDB – Decreto-Lei nº 4.657/42; art. 2º, *caput*, da Lei 9.784/99; art. 49 da Lei 8.666/93; arts. 53 a 55 da Lei 9.784/99; arts. 64 a 66 da Lei Estadual 14.184/02; súmulas 346 e 473 do STF; jurisprudência aplicável).

Impende assinalar que é dever do agente público resguardar a efetividade desses princípios durante a condução do processo, dentre os quais vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e isonomia, e adotar, ante situações que comprometam sua aplicabilidade, as providências cabíveis para o afastamento das falhas detectadas.

Pelas inconsistências e contradições já expostas, tem-se que o Edital em tela contemplou exigências que tornaram objetivamente inatendíveis parcelas do objeto, licitado em lote único. A ausência de definição de critérios claros e objetivos para a aceitabilidade do objeto e o julgamento das propostas vulnerou, assim, esteios principiológicos da Licitação, como julgamento objetivo, isonomia, vantajosidade e efetivo atendimento do interesse público posto.

Tal constatação permite concluir-se que a revogação do processo se impõe como medida de tutela à lisura do certame, à conformidade normativa institucional, à integridade da Licitação em sua concepção sistêmica e, em última análise, aos interesses públicos demandantes de atendimento.

É de se repisar que o substrato normativo e principiológico das Licitações, vocacionado à maximização possível da isonomia entre os licitantes e da competitividade do certame, preconiza a clareza e a precisão do objeto licitado e a imprescindibilidade de critérios de julgamento objetivos, mandamentos incompatíveis com as imprecisões

editais ora apontadas, conforme se infere dos dispositivos normativos adiante reproduzidos (grifos apostos):

Art. 37, *caput* e XXI, da Constituição Federal:

Art. 37. **A administração pública** direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados **mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, **nos termos da lei**, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;

Art. 3º, §1º, I, da Lei 8666/93:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - **admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes **ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato**, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no [art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#);

(...)

Art. 14, Lei 8666/93:

Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto (...).

Art. 40, I e VII, Lei 8666/93:

O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

(...)

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

(...)

Arts. 44 e 45 da Lei 8.666/93:

Art. 44. **No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital** ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

(...)

Art. 45. **O julgamento das propostas será objetivo**, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, **os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.**

(...)

Art. 7º, II, e art. 9º, III, da Lei Estadual 14.167/02:

Art. 7º – Na fase preparatória do pregão, será observado o seguinte:

I – a autoridade competente ou aquele a quem foi delegada competência, o ordenador de despesas ou o agente encarregado da compra demonstrará a necessidade da contratação, **definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas**, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive os prazos para fornecimento, e designará, entre os servidores dos órgãos ou das entidades da administração pública estadual, o pregoeiro, com capacitação específica, e sua equipe de apoio;

II – a definição do objeto será precisa, suficiente e clara, vedadas as especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem a competição;

III – nos autos do procedimento, **constarão a justificativa das definições a que se refere o inciso I deste artigo e os elementos técnicos que as fundamentam**, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados.

(...)

Art. 9º – Na fase externa do pregão, que se iniciará com a convocação dos interessados, será observado o seguinte:

(...)

III – o edital conterá a especificação dos elementos definidos na forma do inciso I do artigo 7º, as normas que disciplinam o procedimento e a minuta do contrato, quando for o caso;

(...)

Art. 3º, II, Decreto Estadual 48.012/20:

Art. 3º – Para fins do disposto neste decreto, considera-se:

(...)

II – bens e serviços comuns: bens e serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

(...)

O entendimento de que a definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável de competição foi, também, sumulado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Eis o teor da Súmula nº 177 (grifos acrescidos):

A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.

Sobre o tema, convém que se tragam à tona ensinamentos do mestre Hely Lopes Meirelles, *in verbis* (grifos apostos):

(...) julgamento objetivo é o que se baseia no critério indicado no edital e nos termos específicos das propostas. É princípio de toda licitação que seu julgamento se apoie em fatores concretos pedidos pela Administração, em confronto com o ofertado pelos proponentes dentro do permitido no edital ou convite. Visa afastar o discricionaríssimo na escolha das propostas, obrigando os julgadores a aterem-se ao critério prefixado pela Administração, com o que se reduz e se delimita a margem de valoração subjetiva, sempre presente em qualquer julgamento (arts. 44 e 45). (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 272).

Assim, cabe ao Edital definir critérios objetivos e inequívocos aptos a embasarem, com precisão, a formulação das propostas. Devem o Termo de Referência e o Edital conter os elementos necessários e suficientes para propiciar julgamentos objetivos (art. 3º, Lei 8.666/93), isso é, a segura verificação, por parte da Pregoeira, da aceitabilidade das propostas para fins de sua classificação, bem como do cumprimento das condições habilitatórias pelo licitante, de modo a se elidir o subjetivismo decisório em face dos critérios estipulados no Instrumento Convocatório (arts. 3º, X, e 14, III, Decreto Estadual nº 48.012/20).

A respeito da clareza e suficiência da definição do objeto licitado, oportuna a esclarecedora lição de Marçal Justen Filho (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13ª Ed. São Paulo: Dialética, 2009. p. 654) – grifos acrescentados:

Há omissão de elementos necessários indispensáveis quando o edital deixa de cumprir as funções a que se destina. Isso se verifica quando o edital:

(...)

b) **não fornecer as informações necessárias a que os interessados formulem adequadamente suas propostas. O edital descumpra tanto sua função divulgatória quanto sua função normativa. A omissão impede que os interessados formulem de modo adequado suas propostas: desconhecem o objeto da licitação; ou não podem avaliar os critérios de julgamento; ou ignoram os deveres que assumirão e os direitos de que serão titulares** etc;

(...).

O doutrinador esclarece, ainda (conforme ensinamento de Alyne Gonzaga de Souza. Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 1ª Ed. São Paulo; Editora Juspodivm, 2021, p.40) – grifos apostos:

(...) o ato convocatório deve descrever o objeto de modo sumário e preciso. A sumariedade não significa que possam ser omitidas do edital (no seu corpo e nos anexos) as informações detalhadas e minuciosas relativamente à futura contratação, de modo que o particular tenha condições de identificar o seu interesse em participar do certame e, mais ainda, elaborar a proposta de acordo com as exigências da Administração.

Em sentido convergente, lecionam Santana, Camarão e Chrispim que o Termo de Referência, parte integrante do Edital, se destina, grosso modo, à caracterização do objeto em todas as suas dimensões, servindo, a um só tempo, tanto para atender às necessidades da Administração Pública quanto aos interesses dos particulares, especialmente no que toca à elaboração de suas propostas (*Termo de Referência*: o impacto da especificação do objeto e do termo de referência na eficácia das licitações e contratos. 6 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020).

Ante todo o contexto exposto até aqui, conclui-se que se impõe o uso do poder-dever de autotutela pela Administração Pública, o qual independe de provocação de terceiros ou de deliberação judicial. Corolário do princípio da legalidade, diretriz elementar da conduta de todo agente público, trata a autotutela de poder-dever decorrente do sistema de controle interno da Administração sobre seus próprios atos (art. 70 da Constituição Federal), cabendo-lhe fiscalizá-los permanentemente e revê-los a qualquer tempo (salvo eventual decadência – vide arts. 54 da Lei nº 9.784/99 e 65 da Lei Estadual nº 14.184/02.), mediante provocação ou de ofício, diante de interesse público ou ilegalidade que o enseje.

Em breve conceituação ofertada por Di Pietro, a autoria destaca que a Administração Pública, no exercício do controle interno dos atos administrativos, detém o poder de autotutela, podendo rever os atos que não atendam ao interesse público, nem sejam satisfatórios à conveniência administrativa (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 25ª ed., 2012, p.70):

Enquanto pela tutela a Administração exerce controle sobre outra pessoa jurídica por ela mesma instituída, pela autotutela o controle se exerce sobre os próprios atos, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recurso ao Poder Judiciário.

É uma decorrência do princípio da legalidade; se a Administração Pública está sujeita à lei, cabe-lhe, evidentemente, o controle da legalidade.

Tal poder-dever de revisão dos próprios atos pela Administração, além de emanar da principiologia subjacente à gestão pública, acha-se contemplado nos diplomas normativos adiante mencionados:

Art. 49 da Lei nº 8666/93:

A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

(...);

Arts. 53 a 55 da Lei nº 9.784/99:

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
(...)

Arts. 64 a 66 da Lei Estadual nº 14.184/02:

Art. 64 – A Administração deve anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
(...)

A autotutela administrativa encontra respaldo, ainda, em duas súmulas do Supremo Tribunal Federal (STF):

SÚMULA Nº 346: “A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.”;

SÚMULA Nº 473: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

Por fim, nos subitens “15.8” e “15.8.1”, o respectivo Edital também contempla a possibilidade de exercício da autotutela administrativa:

15.8. A presente licitação somente poderá ser revogada por motivo de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

15.8.1. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação desta licitação, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato, nos termos do art. 50 do Decreto Estadual nº 48.012/20.

Consideradas as múltiplas atribuições a cargo da Administração Pública e condições fáticas limitantes impostas ao exercício da gestão pública, não ignoradas pela Lei (*vide* art. 22, LINDB), como também eventuais variações interpretativas por parte dos agentes públicos envolvidos na prática de um ato integrado ou no desenvolvimento de um processo administrativo, tem-se que o exercício da atividade administrativa não está imune à possível ocorrência de lapsos, omissões, excessos ou vícios, diante de cuja ciência deve o Poder Público proceder à revisão do ato inquinado e adotar a providência cabível à hipótese, seja convalidação de defeito sanável, quando viável, seja revogação por oportunidade/conveniência ou anulação em decorrência de ilegalidade.

Cabe a este Órgão, portanto, zelar pela lisura dos certames licitatórios que promove, no decorrer de todas as fases processuais deles integrantes. Independentemente de a convicção acerca das inconsistências do Edital haver advindo apenas no curso de fase recursal, é dever da Administração, uma vez constatados os lapsos, adotar a providência adequada à irregularidade perpetrada. Na presente hipótese, haja vista que não se logrou o saneamento e, portanto, o aperfeiçoamento do instrumento convocatório ainda durante a fase interna da Licitação, nenhuma outra medida se afigura mais razoável que a **revogação do certame**, ante constatação superveniente a comprometer o Edital e a irradiar, pois, seus prejudiciais efeitos sobre o processo licitatório como um todo.

A revisão do ato convocatório se faz necessária para que se assegure a isonomia entre os participantes e se alcance o objetivo final da licitação, de seleção da proposta de fato mais vantajosa para a Administração. Para tanto, é preciso que se corrijam as divergências encontradas, de modo que não parem dúvidas quanto às especificações dos produtos demandados.

Na busca de consenso institucional, as ponderações ora versadas foram discutidas em reunião integrada por esta Pregoeira, pelas Coordenações desta Diretoria de Gestão de Compras e Licitações e por representante da Assessoria Jurídico-Administrativa deste Órgão, bem como compartilhadas com a Administração Superior e os setores técnicos envolvidos.

Em sede de reanálise das razões recursais e dos apontamentos jurídicos expostos em prol da revogação do certame, **a Diretoria de Segurança (DSEG) revisou o posicionamento técnico anterior, do qual solicitação a DESCONSIDERAÇÃO. Por meio do Despacho substitutivo 7647262 (doc. anexo nº 07), o setor técnico invocou solução jurídica recém-adotada em processo análogo, reconheceu a existência de vícios insanáveis e opinou pela revogação do processo:**

Em resposta ao despacho 7356462 DGCL e tendo em vista o edital publicado, bem como os recursos, contrarrazões e pareceres emitidos ao longo do processo, a DSEG apresenta o seguinte parecer:

Considerando o entendimento prévio estabelecido sobre o processo de aquisição de alarme, no qual foi decidido que o item 1.2 do edital - "Em caso de divergência entre as especificações do objeto constantes deste Edital e aquelas descritas no Portal de Compras – MG, prevalecerão as primeiras" - não pode ser aplicado quando as especificações do Portal de Compras são transcritas para o corpo do edital;

Considerando que o processo atual foi estruturado com a mesma lógica de licitação recentemente revogada (fornecimento de sistemas de alarme, SEI 19.16.3891.0099756/2023-98);

E, ainda, tendo em vista as divergências identificadas entre as especificações dos equipamentos desejados pela administração conforme descritas no caderno de especificações técnicas e as especificações do Portal de Compras que foram incluídas no edital nos seguintes itens:

- 3.1 - Fornecimento e instalação de câmeras de monitoramento lente fixa tipo dome ou bullet...
- 3.5 - Fornecimento e instalação de servidor 16 canais com as seguintes configurações mínimas...
- 3.7 - Fornecimento e instalação de Nobreak com as seguintes especificações mínimas...

Sugerimos a revogação do presente processo devido à presença de vícios insanáveis.

Na oportunidade, solicitamos a desconsideração de análise anterior contida no despacho 7365855.

Em face do exposto, esta Pregoeira reitera que se impõe a adoção da autotutela administrativa para fins **REVOGAÇÃO DO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO**, dada a constatação superveniente de incongruências do Edital.

A revogação do certame afigura-se como a medida mais adequada ao atendimento do interesse público, a fim de garantir que a futura contratação decorra de processo escoimado das falhas identificadas e seja, de fato, a mais vantajosa para a Administração.

Saliente-se, em decorrência, a necessidade de revisão dos documentos próprios da fase interna responsáveis pela definição das características/especificações dos produtos componentes do objeto desta licitação, que serviram de base para a elaboração do edital, a fim de que apresentem contornos claros, suficientemente precisos e plenamente aplicáveis, e de que estejam aptos, assim, a assegurar o julgamento objetivo das propostas e a efetiva satisfação das necessidades e conveniências administrativas.

Anote-se que tal oportunidade de revisão naturalmente se prestará ao aprimoramento de editais futuros e à coibição de vícios similares e de seus potenciais e efetivos prejuízos sobre processos licitatórios vindouros.

III.3 – DOS PEDIDOS DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO E REMESSA A INSTÂNCIA SUPERIOR EM CASO DE NÃO ACOLHIMENTO PELA PREGOEIRA

Registre-se que, independentemente de requerimento, o efeito suspensivo do recurso trata de consequência natural, por força da aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 (art. 109, §2º, e preâmbulo do correspondente Edital).

Do mesmo modo, o juízo hierárquico superior pleiteado pela Recorrente também constitui mera decorrência normativa (arts. 13, III e 17, VIII, do Decreto Estadual nº 48.012/20; item "11.6" do Edital).

Assim, considera-se impróprio formalizar-se pretensão reconhecimento de procedência dos pedidos, uma vez que apenas retratam ocorrências processuais lógicas.

III.4 – DOS PEDIDOS DE EMISSÃO DE PARECER PELOS SETORES JURÍDICO E DE ENGENHARIA DESTE

ÓRGÃO

Dentre os pedidos recursais, consta o pleito adiante transcrito:

Caso todo o exposto não tenha restado evidente o descumprimento das exigências mínimas, que haja neste processo administrativo parecer legal do setor jurídico, bem como do setor de engenharia do Ministério Público de Minas Gerais, afim de atestar eventual cumprimento dos requisitos mínimos por parte da recorrida.

Nos termos do art. 17, § único, do Decreto Estadual nº 48.012/20, a solicitação de manifestação da assessoria jurídica ou de outros setores técnicos do órgão licitante trata não de uma obrigatoriedade, mas de uma faculdade assegurada ao Pregoeiro, a ser exercida quando tal subsídio decisório se lhe afigure necessário no caso concreto. Em termos abstratos, portanto, a competência decisória do Pregoeiro ou da Autoridade Superior independe de sujeição a assessoramento técnico-jurídico proveniente de outras unidades do Órgão (arts. 13, III, e 17, VIII, do mesmo Decreto Estadual), condicionando-se, de todo modo, à devida fundamentação.

Ademais, não se pode descurar o Pragmatismo Jurídico que, inevitavelmente, perpassa a praxe administrativa. Não sem razão, o princípio se acha formalmente previsto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (art. 22, Decreto-Lei nº 4.657/42) e preconiza que, na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo. Embora, num cenário teórico ideal, se possa pressupor desejável que decisões recursais fossem precedidas de detida análise complementar no âmbito da assessoria jurídico-administrativa, ocorre que, na prática, aludida unidade vivencia inegável asseio, prestando-se a orientar inafastavelmente a fase interna (consoante art. 30, § único, da Lei 8.666/93 e art. 8ª, IX, do Decreto Estadual 48.012/20) e eventualmente a fase externa de processos licitatórios, para além de copiosos expedientes e demandas institucionais da mais variada ordem e de feitos integrados a entidades e instâncias externas. Assim, trata-se de encargo inescapável do condutor do Pregão sopesar os limites entre o desejável e o factível, por meio de conciliação ponderada entre princípios administrativos e licitatórios que lhe incumbe assegurar, dentre os quais Finalidade (e eventuais urgências/prioridades a ela inerentes), Duração Razoável do Processo e Primazia do Interesse Público. Em decorrência das circunstâncias concretamente disponíveis e do prolongamento processual que a viabilização de tal alternativa requer é que a provocação da Assessoria Jurídico-Administrativa deste Órgão depende de aferição de sua imprescindibilidade e oportunidade ante o caso concreto.

No presente caso, a extensão processual até então já experimentada em face de intercorrências próprias, associada à iminente expiração de vigências contratuais que atualmente atendem ao respectivo objeto (uma das quais em regime excepcional de prorrogação), torna, a princípio, não recomendável a solicitação de parecer jurídico, no intuito de se preservar o efetivo e tempestivo guarnecimento de necessidades atinentes à segurança e ao monitoramento institucional, instrumento de proteção de edificações e dos mais variados recursos que albergam, de natureza humana, material e imaterial (pessoas, trato com o erário, maquinários, equipamentos, processos, peças, arquivos, análises, estudos, investigações, tramitações, informações, dados, etc). Sob o mesmo propósito, é que esta Pregoeira solicitou, oportunamente, no *Chat* do Pregão, que se evitassem eventuais manifestações ancoradas em intuito meramente protelatório ou pleitos baseados na pretensa prevalência de rigorismo formal em detrimento da principiologia norteadora da seara licitatória. Assinale-se que a deflagração de novo expediente com vistas à contratação do objeto pretendido, voltado à satisfação de determinante interesse público, depende da conclusão do processo atual.

Diante do exposto, entende-se pelo não acatamento do pedido de emissão de parecer formal pelo setor jurídico deste Órgão. Não obstante, convém registrar-se que, por zelo, a Assessoria Jurídico-Administrativa foi consultada extraprocessualmente, oportunidade em que corroborou o entendimento pela revogação do certame, haja vista a recente prolação da mesma resposta institucional diante de contexto equivalente identificado em processo licitatório diverso.

Quanto ao requerimento de parecer a ser proferido pelo setor de engenharia deste órgão, conclui-se também pelo indeferimento, dada a impertinência técnica da associação. A “Superintendência de Engenharia e Arquitetura” (SEA) do Órgão não corresponde à área técnica demandante ou diretamente envolvida com o objeto licitado, o qual pertence à

esfera de competência do “Gabinete de Segurança e Inteligência” (GSI), da “Diretoria de Segurança” (DSEG) e do “Núcleo de Operações de Segurança Orgânica” (NUORG). Conforme retratado nesta decisão, as unidades tecnicamente competentes foram devidamente consultadas quanto aos apontamentos de cunho técnico aventados em sede recursal.

Entende-se, assim, pela procedência do pedido de revogação do certame e pela improcedência ou perda de objeto relativamente aos demais pedidos elencados na peça recursal.

IV – DA CONCLUSÃO

Frente ao exposto, esta Pregoeira posiciona-se pelo conhecimento do Recurso interposto e, no mérito, subsidiada pelas razões recursais e mediante endosso pelo parecer técnico final e por posicionamento de cunho institucional obtido via integração entre unidades pertinentes do Órgão, manifesta-se pelo seu PROVIMENTO PARCIAL, acolhendo o pedido de **revogação do Processo Licitatório nº 300/2023**.

Submeta-se o presente posicionamento à consideração superior, para o que se faz subir a peça formal, devidamente instruída, juntamente com os autos completos, nos termos do art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93 e do art. 17, VIII, do Decreto Estadual nº 48.012/2020.

Belo Horizonte/MG, 09 de julho de 2024.

Lilian de Campos Mendes
Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **LILIAN DE CAMPOS MENDES, FG-2**, em 09/07/2024, às 23:52, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO GOMES DE SOUZA, PROCURADOR-GERAL DE JUSTICA ADJUNTO ADMINISTRATIVO**, em 10/07/2024, às 15:58, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **7717797** e o código CRC **E9717835**.